



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS**

NOTA À SOCIEDADE

**Em defesa do SUS público, do controle social e contra a terceirização da
atenção básica e da urgência em Campo Grande**

O Conselho Municipal de Saúde de Campo Grande/MS manifesta profunda preocupação com as declarações públicas do governador Eduardo Riedel e do secretário estadual de Saúde em apoio à proposta de transferência da gestão dos centros de saúde do Aero Rancho e Tiradentes para organizações sociais.

Segundo matéria publicada pelo Campo Grande News em 27 de abril de 2026, o governador afirmou que “apoia a medida”, defendeu a iniciativa como busca de “melhor resultado” e apontou que o Estado já adota modelo semelhante em hospitais de Três Lagoas, Ponta Porã e Dourados. Na mesma reportagem, o secretário estadual de Saúde também defendeu a gestão privada e sustentou que o secretário municipal mereceria “um voto de confiança”. A matéria ainda registra que a prefeitura apresenta a proposta como experiência de um ano e associa a medida à promessa de redução de custos.

É preciso dizer com clareza: saúde pública não pode ser tratada como laboratório para experimento administrativo.

A população de Campo Grande não pode ser transformada em campo de prova de um modelo cuja efetividade para UPA/CRS e atenção básica não está demonstrada com a mesma robustez com que se tenta apresentá-lo no debate público. A própria comparação feita entre hospitais e unidades de saúde é tecnicamente inadequada. Hospital não é unidade básica. Hospital não é UPA/CRS. São serviços com natureza, fluxo, equipe, demanda e papel assistencial diferentes. Usar experiências hospitalares para justificar terceirização da atenção básica e da urgência é uma generalização indevida.

Além disso, é preciso ter responsabilidade ao apresentar os hospitais terceirizados do Estado como vitrine de eficiência. A própria experiência estadual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS**

demonstra que terceirização não é sinônimo automático de qualidade, segurança ou respeito ao usuário. Em dezembro de 2025, reportagem do Jornal Midiamax trouxe relatos graves envolvendo o Hospital Regional de Três Lagoas, unidade da rede estadual, com denúncias de pacientes amarrados, negligenciados, deixados sem medicação prescrita, com dificuldade de acesso à água e alimentação, além de relatos de abandono assistencial no setor de clínica médica. A matéria também registrou o relato de paciente que afirmou ter temido pela própria vida diante da falta de cumprimento adequado dos horários de medicação, bem como imagens e denúncias de contenção física com lesões decorrentes das amarrações.

Esse caso precisa ser tratado com seriedade. Não se pode usar hospitais terceirizados como exemplo de modernização da gestão e, ao mesmo tempo, ignorar denúncias públicas de negligência, sofrimento e violação da dignidade humana dentro desses mesmos serviços. Se uma unidade terceirizada pode ser alvo de relatos tão graves, então é irresponsável vender a terceirização como solução mágica para os problemas da saúde pública.

O problema, portanto, não é apenas “quem administra”, mas quais são os mecanismos reais de controle, transparência, fiscalização, responsabilização e participação social. Quando se transfere a gestão para terceiros sem garantir controle público rigoroso, metas assistenciais verificáveis, transparência integral dos gastos, fiscalização permanente e escuta dos usuários e trabalhadores, o risco não é melhorar o SUS: é afastar ainda mais a população dos espaços onde as decisões são tomadas e onde os problemas precisam ser cobrados.

Também é preciso repudiar a tentativa de apresentar a terceirização como solução automática para os problemas da rede. A crise da saúde municipal não começou porque a gestão ainda é pública. Os principais gargalos hoje são conhecidos: falta de leitos hospitalares, dificuldades de regulação, desabastecimento, falhas de manutenção, sobrecarga das unidades de urgência e cobertura ainda insuficiente da atenção primária. Nenhum desses problemas é resolvido automaticamente porque se muda o CNPJ do gestor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS**

Se a atenção primária ainda não cobre integralmente a cidade, então não estamos falando de “rede demais”. Estamos falando de uma rede ainda insuficiente para atender plenamente a população e, ao mesmo tempo, fragilizada por falhas de planejamento, financiamento, manutenção e organização. Dizer que a rede cresceu e que por isso a saída é terceirizar é inverter o problema: o erro não é ter ampliado serviços para a população; o erro é não ter garantido sustentabilidade administrativa e financeira com planejamento adequado.

Também causa estranheza que autoridades estaduais defendam com tanta ênfase a terceirização das unidades municipais sem fazer a mesma defesa, com igual urgência, de medidas concretas para ampliar a retaguarda hospitalar.

O maior gargalo da rede hoje não está apenas na porta de entrada. Está, sobretudo, na falta de leitos e na dificuldade de internação. Se o Estado realmente quer ajudar a resolver a crise da saúde em Campo Grande, deveria atuar de forma articulada com o município para ampliar a oferta de leitos, contratualizar novos serviços e fortalecer a retaguarda assistencial. Sem isso, a superlotação das unidades de urgência continuará, independentemente de quem esteja na gestão administrativa da unidade. A população não precisa apenas de mudança de modelo. Precisa de vaga, de leito e de resposta concreta para a parte mais crítica da crise.

Outro ponto que precisa ser enfrentado é o argumento da economicidade. A matéria reproduz a fala de que a gestão privada poderia reduzir em 20% os custos das unidades e informa que as duas unidades cogitadas têm custeio médio de R\$ 4 milhões por mês. Mas promessas de economia precisam ser vistas com seriedade e cautela. Economia anunciada em discurso político não pode substituir demonstração técnica robusta, nem apagar a experiência brasileira com contratos que começam com promessas e depois sofrem sucessivos aditivos, alterando valores e condições ao longo do tempo.

Da mesma forma, é profundamente preocupante que se tente vender a flexibilização das compras como solução mágica. Compras mais flexíveis podem significar mais rapidez, mas também podem significar menos competição pública,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS**

menos transparência, maior dificuldade de rastreamento e mais espaço para favorecimentos e desvios. Em saúde pública, esse risco não pode ser subestimado.

O Conselho Municipal de Saúde também reafirma que sua posição contrária à terceirização é legítima, institucional e democrática. A própria reportagem registra que a proposta vem recebendo críticas, protestos e rejeição no debate local, e menciona que o secretário afirmou ter levado o assunto ao Conselho Municipal de Saúde, onde a proposta teria sido rejeitada.

Desqualificar a resistência social, como se toda crítica fosse simples recusa à mudança, é desrespeitar a participação popular e o papel legal do controle social na saúde.

O Conselho não é contra mudanças.

O Conselho não é contra melhorias.

O Conselho não é contra eficiência.

O Conselho é contra entregar a população a uma aposta de gestão que não enfrenta o centro dos problemas da rede.

Campo Grande precisa de:

- ampliação de leitos e retaguarda;
- fortalecimento da regulação;
- reorganização séria das compras;
- abastecimento regular;
- manutenção de equipamentos;
- valorização das equipes;
- fortalecimento da atenção básica;
- transparência nos contratos;
- fiscalização efetiva dos serviços;
- responsabilização de gestores públicos e privados;
- e respeito ao controle social.

O que a população precisa é de solução real, e não de marketing administrativo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS**

Por isso, o Conselho Municipal de Saúde reafirma à sociedade seu compromisso com a defesa do SUS público, com a participação popular e com a luta contra qualquer tentativa de impor à saúde municipal uma terceirização que não se sustenta nem técnica, nem social, nem institucionalmente.

Saúde pública não se entrega.

Saúde pública se fortalece.

Conselho Municipal de Saúde de Campo Grande/MS

Campo Grande/MS, 27 de abril de 2026

Jader Vasconcelos
Coordenador da Mesa diretora do
Conselho Municipal de Saúde de CG/MS